



*Reunião do Conselho Executivo
11 de Maio de 2010
Acta nº. 5*

[Handwritten signatures of various officials, including the President and other members of the Executive Council, are visible across the top right corner of the page.]

No Município de Estarreja, compareceram pelas nove horas e quinze minutos, para a reunião ordinária do Conselho Executivo:

Presidente do Conselho Executivo, Eng. José Agostinho Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo;

- Vice-Presidente, Dr. José Eduardo Alves Valente de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Estarreja;

- Vice-Presidente, Dr. Gil Nadais Resende da Fonseca, Presidente da Câmara Municipal de Águeda;

- Prof. João Agostinho Pinto Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha;

- Eng. Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, Vereador da Câmara Municipal de Anadia;

- Dr. Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Vereador da Câmara Municipal de Aveiro;

- Dr. António Maria dos Santos Sousa, Presidente da Câmara Municipal da Murtosa;

- Sr. Mário João Ferreira da Silva Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro;

- Dr. Manuel Alves de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Ovar;

- Dr. Manuel da Silva Soares, Presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga;

- Dr. Rui Miguel Rocha da Cruz, Presidente da Câmara Municipal de Vagos.

Aberta a reunião e iniciados os trabalhos pelo Sr. Presidente.

ACTA Nº.4 DE 26/ABR/2010:

Aprovada por unanimidade.

1. INFORMAÇÕES:

O Presidente do Conselho Executivo prestou as seguintes informações:

1.1 – Reunião de Trabalho e Assembleia Intermunicipal de 29/Abr/2010:

Previamamente á realização da Assembleia Intermunicipal, foi feita por si uma exposição em cerca de oitenta e dois slides sobre a actividade mais relevante da AMRIA e GAMA, bem como uma abordagem pormenorizada sobre as GOP 2010, com enfoque especial no que respeita à Contratualização com Subvenção Global, POLIS da Ria de Aveiro e Grupo de Acção Costeira da Ria de Aveiro.

1.2 – Gestão dos ACES/Activação dos Conselhos da Comunidade e Conselhos Executivos:

Para implementação do constante do Art. 31º do Decreto-Lei nº. 28/2008, de 22 de Fevereiro, que consagra o Conselho da Comunidade, foram agendadas as seguintes reuniões com os directores executivos dos ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde do Serviço Nacional de Saúde:



- Agrupamento Baixo Vouga I – constituído pelos municípios de Águeda, Anadia, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga, reunirão em 25/Mai/2010, pelas 9h30, no Centro de Saúde de Águeda. -----

- Agrupamento Baixo Vouga II – constituído pelos municípios de Aveiro, Albergaria-a-Velha, Ílhavo e Vagos, reunirão em 20/Mai/2010, pelas 16h00, no Centro de Saúde de Aveiro. -----

- Agrupamento Baixo Vouga III – constituído pelos municípios de Estarreja, Ovar e Murtosa, reunirão em 31/Mai/2010, pelas 17h00, no Centro de Saúde de Estarreja. -----

1.3 – Transferências Financeiras para os Municípios: -----

Constata-se na generalidade uma diminuição no total das transferências, face à redução na cobrança de impostos por parte da administração central, o que em alguns municípios poderá criar algumas dificuldades de tesouraria. -----

2.A QUESTÃO DAS PORTAGENS A17/A25/A29: -----

2.1 – Reuniões com o Governo: -----

Na sequência das reuniões agendadas com o Secretário de Estado das Obras Públicas, foi manifestada preocupação e incomodidade, face à intransigência manifestada na consideração de várias especificidades que abrangem os municípios de Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Ovar e Vagos. -----

2.2 – Posição Política dos Municípios da Região de Aveiro: -----

Assim, foi deliberado por unanimidade manifestar total discordância ao modelo de implementação de Portagens, através de uma posição comum, que se transcreve: -----

"Não tendo sido possível aos Municípios da Região de Aveiro ser recebidos em conjunto pelo Ministro das Obras Públicas, acederam aqueles que foram convidados a realizar reuniões individuais com o Secretário de Estado Adjunto. Dessa reunião resulta uma enorme preocupação e contestação para com o caminho que o dossier da aplicação de portagens às SCUT's está a assumir, derivando por isso esta posição política assumida pela CI Região de Aveiro, por aprovação unânime dos seus onze membros. -----

Assim sendo, deliberamos e tornamos pública a seguinte posição: -----

1. *Reafirmar que o PIB per capita da NUT III do Baixo Vouga tem diminuído nos últimos anos – está abaixo da média nacional – assim como o poder de compra dos Cidadãos (com a única excepção do concelho de Aveiro), sendo que estes critérios não têm igual aplicação em todo o território nacional ao nível de vias portajadas ou não; -----*
2. *Reiterar a posição de princípio de que não há alternativas nacionais, capazes e sustentáveis em termos urbanos e ambientais, para receber o tráfego que vai sair da A17, da A25 e da A29 com a implementação das portagens, com consequências negativas a vários níveis, nomeadamente riscos para a segurança dos Cidadãos; -----*
3. *Discordar frontalmente do proposto mecanismo de cálculo das portagens que, pela aplicação de um valor médio (de 0,67 euros por cada dez km), determina que a População local que devia estar isenta para os circuitos de curta distância vai ser a mais penalizada porque vai pagar por distâncias que não vai percorrer; -----*
4. *Exigir o implementar de isenções para as Populações locais nos circuitos de curta distância; -----*



[Handwritten signatures of various individuals, including J. Agostinho, J. Duarte, R. Oliveira, and others, are visible across the top right corner.]

5. No troço da A25 entre a Ponte da Barra, o novo Estádio Mário Duarte e o nó de Angeja A29 relembrar que esta via estava já construída com o actual formato quando foi entregue à concessionária da “Costa de Prata”, sendo um troço essencial para o acesso ao Porto de Aveiro e às Praias da Barra, da Costa Nova e da Vagueira; -----
6. Lamentar o facto do Governo não assumir compromissos de realizar parcerias com as Câmaras Municipais para a execução das variantes à EN109 nos principais centros urbanos existentes (nomeadamente pela disponibilização de Fundos Comunitários), o que torna impossível o apoio a esta medida; -----
Assim, -----
7. Reiterar a total discordância da cobrança de portagens na Região de Aveiro enquanto não se verificarem esses pressupostos e o cumprimento dos compromissos/protocolos anteriores. -----
8. Com este enquadramento exigimos publicamente ao Ministro das Obras Públicas a ponderação dos graves argumentos que já apresentámos e a realização de uma audiência conjunta para debater esta matéria com carácter de urgência.” -----

3. ACTIVAÇÃO DA ADRA A 1 DE MAIO DE 2010: -----

3.1 – Ponto de Situação (Pessoal, Tarifário, Integração de Ovar, Candidatura ao POVAT:

O Presidente do Conselho Executivo e o Prof. João Agostinho, referenciaram que os primeiros dias de funcionamento da AdRA são de total normalidade nos seus municípios, apesar de nesta fase de arranque ser compreensível algumas dificuldades que deverão ser minimizadas com a ajuda dos municípios aderentes. -----

Do total do pessoal que transitou dos municípios à AdRA, constata-se que vinte funcionários retornaram aos municípios, estando neste momento fechado o processo de transferências. -----

Relativamente ao fornecimento de água á AdRA pelas captações dos municípios aderentes, foi estabelecido que definido o custo m^3 , será emitida a respectiva factura, em função dos caudais fornecidos. -----

O Dr. Manuel Oliveira, solicitou que o processo de adesão do município à AdRA se consolide, para dar um sinal de que o serviço que presta é melhor que aquele que os municípios dispunham. -----

4. POLIS DA RIA DE AVEIRO: -----

4.1 – Ponto de Situação: -----

O Presidente do Conselho Executivo manifestou sérias preocupações, face à situação.

Assim, demitiu-se a administradora representante do ICNB, Dra. Maria João Burnay, face a não ter sido reconduzida como directora do departamento, com efeitos a partir de 1/Jun/2010, sendo substituída por um outro representante do instituto. -----

Face aos constrangimentos que se verificam com o ICNB, já expostos à Ministra do Ambiente, era de toda a vantagem que o representante desta entidade, fosse ao mais alto nível, se possível o presidente ou vice-presidente, o que não se verificará, dado o substituto vogal no Conselho de Administração, ser o Dr. João Sardinha. -----

Informou que fechada a discussão pública sobre o Plano Estratégico de Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, Relatório Ambiental Preliminar e Resumo



Não Técnico foram levantadas vinte questões, que serão obviamente ponderadas.

Manifestou a sua preocupação face ao processo, devendo ser tomada uma deliberação formal a enviar á Ministra e Secretário de Estado do Ambiente, alertando-os para o nível de risco do POLIS, face ao ICNB, uma vez que se este não se empenhar ao mais alto nível, corre-se um seriíssimo risco de inviabilização do investimento.

Finalmente, informou da abertura de concurso público para o estudo da hidrodinâmica da Ria de Aveiro, solicitando a todos a sua atenção para o trabalho da empresa adjudicatária, tendo sido indicado o Dr. Santos Sousa para acompanhar o mesmo.

4.2 – A Questão do DPH (Público ou Privado):

“Apesar de não estar definido no Plano Estratégico a necessidade de expropriar terrenos para a implementação de diversas acções, constata-se a existência de diversas situações de ocupação de terrenos necessários à operacionalização de algumas acções que compõem o Plano Estratégico, o que implicará conhecer a génese da sua ocupação, ilícita ou privada, podendo induzir eventuais atrasos na implementação das acções em causa.

Esta situação de indefinição de titularidade poderá ter implicações em termos de financiamento comunitário, dado a obrigatoriedade de se fazer prova de que os terrenos são públicos, sendo urgente uma tomada de posição por parte das entidades responsáveis, nomeadamente que têm jurisdição sobre a delimitação do domínio público hídrico “Adenda ao Relatório e Contas 2009, da Sociedade POLIS Ria de Aveiro, S.A.”.

Sobre esta matéria, o Presidente do Conselho Executivo, foi de opinião que o Governo deve de uma vez por todas tomar uma definição sobre a titularidade dos terrenos, face á sua incidência nas obras que se pretendem desenvolvidas. Distribuiu um documento denominado Domínio Público Hídrico/o público e o privado – Nota de Reflexão.

Finalmente, considerou que em última instância se deveria ponderar a necessidade de acesso de corredores de passagem, por negociação com os privados.

5. ACÇÃO SOCIAL DOS MUNICÍPIOS PARA COM OS SEUS FUNCIONÁRIOS:

Face á posição do Tribunal de Contas que “recomendou a suspensão do financiamento de sistemas particulares de protecção social ou de cuidados de saúde, até que se proceda à densificação legislativa do disposto no Art. 156º da Lei do Orçamento de Estado para 2007, e respectivo âmbito de aplicação”, foi debatido que a exemplo do município de Aveiro que em ofício de 23/Abr/2010, comunicou à direcção da ACASA a suspensão do financiamento da Autarquia, bem como a suspensão igualmente das retenções das comparticipações que até aqui cabiam aos seus trabalhadores-beneficiários, sem prejuízo de estes caso desejem, as mantenham, se deveriam tomar decisões.

O Presidente do Conselho Executivo diz ter pedido parecer jurídico sobre a matéria e que este foi taxativo no sentido da suspensão também no município de Ílhavo, tendo a direcção da ACASA, já solicitado uma reunião de emergência.

Igualmente os municípios aderentes da ACASA, Albergaria-a-Velha, Murtosa, Sever do Vouga e Oliveira do Bairro, vão igualmente proceder á suspensão.

Uma vez que da CIRégiao de Aveiro, há três funcionários beneficiários da adesão à ACASA, foi deliberado por unanimidade, igualmente proceder á respectiva suspensão, com



[Handwritten signatures and initials of various officials, including J., C., R., M., and others, are visible across the top right corner.]

efeitos a partir de 1/Mai/2010.

6. PROGRAMA DE APOIO A PROJECTOS E EVENTOS DA REGIÃO DE AVEIRO:

Face à inscrição em Orçamento 2010 e GOP's respectivas, de um montante de 30.000,00€ (trinta mil euros), foi deliberado por unanimidade e por proposta do Presidente do Conselho Executivo, aprovar as Normas do PAPER, que tem como principal objectivo a estruturação de plataformas de diálogo e de parceria com as Associações sem fins lucrativos dos onze municípios da Região de Aveiro, contribuindo para a realização de acções que promovam o seu fortalecimento e para a valorização das suas Associações.

Assim, pretende-se apoiar a capacidade de iniciativa das Associações, bem como a capacidade de estabelecer parcerias e desenvolver trabalhos conjuntos com a CIRégiao de Aveiro, podendo ser apoiados projectos que se encontrem directamente relacionados com a Região de Aveiro, privilegiando-se temas como a Cidadania, o Desporto, o Ambiente, a Gastronomia, a História e a Cultura do Mar.

7. PROJECTOS QREN:

(Este ponto contou com a presença do Professor Rosa Pires da Universidade de Aveiro)

7.1 – Reunião ANMP/CIMS/Governo de 28/Abr/2010:

O presidente do Conselho Executivo (CE) da Região de Aveiro, resumiu as conclusões da reunião realizada em Lisboa e que contou com a presença das Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas. Destacou precisamente a adesão à reunião e o facto de todos os participantes terem considerado a reunião produtiva pois foram apresentadas de uma forma pragmática e directa as respostas às questões colocadas.

7.2 – Ponto de Situação da Gestão do Contrato de Subvenção-Global:

Relativamente à gestão do Contrato de Subvenção Global o ponto de situação da execução técnica e da execução financeira apresentado, encontra-se resumido nas tabelas seguintes.

Execução técnica

Estado candidaturas/projectos	Numero	FEDER (€)	% FEDER comprometido
Submetidas	27		
Aprovadas	16	12.823.652,00 €	21%
Analistas, em aprovação pelo Mais Centro	4	3.768.067,11 €	6%
Em análise	1	420.000,00 €	1%
		17.011.719,11 €	28%

Execução Financeira

Pedidos de pagamento apresentados	9
Total apresentado (€)	4.780.753,98 €
Total elegível (€)	4.344.580,48 €
Total FEDER validado (€)	2.895.640,20 €



7.3 – Reforma da Contratualização – A Gestão do PORC e a Aplicação do Acordo ANMP/Governo de 9/Mar/2010:

O Presidente do CE fez um resumo das discussões já realizadas sobre esta matéria e deu a palavra ao Professor Rosa Pires que apresentou a sua visão considerando o Plano Territorial de Desenvolvimento PTD e em concreto analisando as alterações propostas nos projectos comuns.

Foi distribuído aos presentes 4 documentos:

- Lista de projectos – (actualizada com a reprogramação aprovada pelo Mais Centro e com os inputs recebidos dos Municípios);
- Reprogramação por Município – (2 tabelas, proposta de projectos a sair e proposta de projectos a entrar na Contratualização, por Município);
- Reprogramação por tipologia – (2 tabelas, proposta de projectos a sair e proposta de projectos a entrar na Contratualização, por tipologia);
- Projectos a apresentar em 2010 – (tabela com os projectos que cada município terá que candidatar e iniciar a executar em 2010);

De seguida o Presidente deu a palavra aos presentes para que pudessem apresentar as opções de cada Município.

Considerando as opções apresentadas por cada Município a decisão foi no sentido de ajustar o mapa de projectos, permitindo o acesso à bolsa de execução, que deve ter um valor aproximado de 2.7, 2.8 M€ libertados de 3 projectos comuns, aos Municípios com uma taxa de execução superior a 40%.

7.4 – Parque da Ciência e Inovação – Constituição da Entidade Gestora:

Tomado conhecimento e aprovado a Proposta de Acordo Parassocial entre os Accionistas Fundadores, visando conferir estabilidade e unidade de direcção à vida da empresa, assim como assegurar que a proporção de capital social detido por entidades que não prossigam fins lucrativos não viole o regime aplicável dos financiamentos comunitários.

O Prof. Rosa Pires, fez uma apresentação circunstanciada das principais vantagens competitivas do PCI, incidindo igualmente no diálogo arquitectónico com o campus, dizendo tratar-se de um espaço aprazível e de convívio com a ciência e a inovação, fazendo igualmente uma abordagem aos planos de investimento e financiamento, bem como ao cronograma de execução.

O PCI prevê a instalação de 250 empresas, em 120.000m² a comercializar, com a criação de 5.000 postos de trabalho directos.

Estabelecidas algumas considerações, nomeadamente do Eng. Jorge Sampaio, que diz entender o projecto como uma mais valia para a região e vê vantagens enormes no investimento.

O Dr. Gil Nadais considera enorme o desafio, dando todo o seu apoio ao projecto. Considera a liderança fundamental, devendo ser personalizada.

O Dr. Manuel Oliveira, disse ser claramente uma mais valia para a região, considerando o projecto bem estruturado e coerente. Considera no entanto algumas dificuldades, nomeadamente como é que Ovar equaciona a sua participação, dado que os Estatutos não indicam nada sobre isso. É muito importante encontrar uma fundamentação de



[Handwritten signatures and initials in blue ink, appearing to be signatures of the members of the Regional Executive Council.]

que o projecto é de interesse para Ovar e deveria haver um suporte para poder defender o projecto, solicitando uma melhor clarificação.

O Dr. José Eduardo, chama a atenção para o reforço da consideração deste projecto em rede, como nasceu, com os municípios, que deviam ter sido ouvidos para enriquecer com a sua experiência as opções tomadas pela Universidade de Aveiro.

A Região de Aveiro, tem de ser o segundo accionista entre outros aspectos. Tem falta de conhecimento, não de entusiasmo, à volta da construção deste inovador projecto, donde irá promover uma reunião directa com a Câmara Municipal de Estarreja/Equipa do Ecoparque com a Universidade de Aveiro.

Finalmente, o Presidente do Conselho Executivo, solicitou ao Prof. Rosa Pires o incremento das achegas produzidas nas propostas de documentos, fazendo-os circular, para total consensualização.

7.5 – Candidatura RUCI ao Novo Concurso:

O Presidente do Conselho Executivo, informou que a 2ª versão da candidatura RUCI ao Mais Centro, não foi aprovada, conjuntamente com as restantes seis. O Mais Centro vai abrir novo concurso, cujo prazo no respectivo Aviso terminará a 4/Jun/2010, apresentando a Região de Aveiro nova candidatura.

O Prof. Rosa Pires, fez uma breve explanação, considerando que a candidatura deverá ter alguns ajustamentos de acordo com o ponto de vista da nova reitoria.

Considerou importante que o limite das alterações fosse o limite do razoável, para resubmeter ao Mais Centro, sem alterações ao contrato de consórcio.

7.6 – Grupo de Acção Costeira da Ria de Aveiro – GAC/RA:

O Presidente do Conselho Executivo, informou que no dia 7/Mai/2010, esteve em Peniche, juntamente com o Secretário-Executivo e a equipa do GAC-RA no 1º Encontro destes organismos intermédios.

A apresentação, integrada no roteiro do Presidente da República, foi feita pelo GAC_Oeste, tendo na reunião técnica da tarde sido decidido haver rotatividade neste tipo de reuniões, visando a harmonização de processos e regulamentos, dado o carácter inovador do programa, cuja entidade gestora é o PROMAR.

Informou igualmente que no dia 31/Mai/2010, dia do Pescador, prevê uma acção de divulgação do nosso GAC-RA.

8. MEIOS DE GESTÃO DE COMUNICAÇÃO DO CE DA REGIÃO DE AVEIRO:

Tomado conhecimento da publicação editada, denominada 2010 – Grandes Opções do Plano, cujos 5.000 exemplares vão ser enviados a todo o sector institucional da Região de Aveiro, bem como aos municípios para divulgação.

9. CRONOGRAMA DE ACÇÕES E MARCAÇÃO DO CE DE JUNHO 2010:

Deliberado desencadear a realização de reuniões do Conselho dos Vereadores da Educação e da Juventude, nos meses de Maio e Junho.



Mais foi deliberado agendar a próxima reunião do CE, para o dia 14 de Junho de 2010, pelas 9h00, no município de Anadia.

10. OUTROS ASSUNTOS: -----

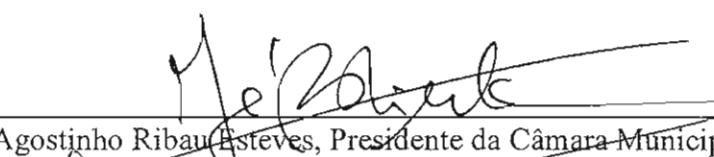
10.1 – Mapa de Transferências para as Associações de Municípios: -----

Tomado conhecimento da publicação em D.R. nº. 82, I Série de 28 de Abril de 2010, da inscrição da transferência OE/2010, no montante de 195.725,00€ (cento e noventa e cinco mil setecentos e vinte e cinco euros) correspondente à taxa de 0,5%, do FEF corrente dos municípios integrantes, no montante de 39.145.022,00€ (trinta e nove milhões cento e quarenta e cinco mil e vinte e dois euros).

10.2 – Contrato de Trabalho em Funções Públicas nº. 1/2010 – Contrato a Termo Resolutivo Incerto: -----

Deliberado por unanimidade ratificar o Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto com o Licenciado em Biologia António Paulo Nunes Coelho da Rocha, com a remuneração de 1.201,48€ (Mil duzentos e um euros e quarenta e oito cêntimos), correspondente à 2^a posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única, incidindo sobre a remuneração os descontos legalmente previstos, com início de funções a 1 de Maio de 2010.

Não havendo mais nada a tratar, foi dada por encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente acta, assinada por todos os presentes.



José Agostinho Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo



José Eduardo Alves Valente de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Estarreja



Gil Nadais Resende da Fonseca, Presidente da Câmara Municipal de Águeda



João Agostinho Pinto Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha

Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, Vereador da Câmara Municipal de Anadia

Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Vereador da Câmara Municipal de Aveiro

António Maria dos Santos Sousa, Presidente da Câmara Municipal da Murtosa

Mário João Ferreira da Silva Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro

Manuel Alves de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Ovar

Manuel da Silva Soares, Presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga

Rui Miguel Rocha da Cruz, Presidente da Câmara Municipal de Vagos